

Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ: 33.894.445/0001-11
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3729 - 8º andar - São Paulo - SP
Ouidoria: 0800-7700-668

(Em milhares de R\$)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, apresentamos as demonstrações financeiras da Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., referentes às atividades desenvolvidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acrescidas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade apresentou lucro de R\$ 9.855 (2022 R\$ 8.537). Os ativos totais e o patrimônio líquido totalizaram R\$ 136.859 (31.12.2022 R\$ 124.834) e R\$ 103.656 (31.12.2022 R\$ 99.205) ao final do exercício, respectivamente.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Ativo Circulante		52.335	557
Disponibilidades	4	2.713	350
Instrumentos Financeiros		49.544	-
Títulos e valores mobiliários	5	49.544	-
Outros ativos	6	78	207
Ativo não circulante		84.524	124.277
Instrumentos Financeiros		756	97.762
Títulos e valores mobiliários	5	756	97.762
Outros ativos	6	-	67
Créditos Tributários	7.b	9.425	9.297
Devedores por depósitos em garantia		74.340	17.148
Fiscais	9.a, 9.b.i	69.957	12.856
Trabalhistas	9.b.iii	4.383	4.292
Imobilizado de uso		3	3
Total do Ativo		136.859	124.834

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	31.12.2023	31.12.2022
Passivo Circulante		7.035	1.964
Outros passivos	6.b	7.035	1.964
Sociais e estatutárias		4.590	1.922
Impostos e contribuições a recolher		2.385	-
Diversas		60	42
Passivo não Circulante		26.168	23.665
Obrigações Fiscais Diferidas	7.b	2.675	1.885
Provisões para riscos		23.493	21.780
Fiscais	9.a	13.830	12.209
Trabalhistas	9.b.iii	9.663	9.571
Patrimônio líquido		103.656	99.205
Capital - De domiciliados no País	8.a	100.000	100.000
Reservas de capital		493	-
Reservas de lucros		3.169	-
Ajustes de avaliação patrimonial	(6)	(2)	-
Prejuízos acumulados		-	(793)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		136.859	124.834

fiscais diferidos líquidos dos passivos diferidos. Essas estimativas são revistas pelo menos semestralmente, buscando-se determinar valores que mais se aproximem dos futuros valores de liquidação dos ativos ou passivos considerados. I. Lucro líquido por ação; II) Resultado básico por ação; deve ser calculado dividindo-se o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias da Sociedade, no numerador, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluídas as mantidas em tesouraria, o denominador, durante o período; III) Resultado diluído por ação: para a finalidade de calcular o resultado diluído por ação, a Sociedade deve ajustar o lucro líquido (prejuízo) atribuível aos titulares de ações ordinárias, o capital próprio ordinário, da Sociedade, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas, em circulação, para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. Os resultados básicos e diluído por ação são iguais e são apresentados de maneira unificada, com a segregação entre ações ordinárias e preferenciais, na Demonstração do Resultado e está indicado como "Lucro Líquido Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações".

IV) Resultado não recorrente (Resolução C/2019/022, artigo 34): passou a determinar a divulgação de forma segregada dos resultados recorrentes e não recorrentes. Define-se como resultado não recorrente do exercício aquele que: I - não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e II - não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa nº 12.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais, exceto o lucro/prejuízo do semestre/exercício por ação)

	Nota	2º semestre 2023	31 de dezembro 2023	2022
Receitas da intermediação financeira		2.973	7.504	10.936
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.973	7.504	10.936
Resultado bruto da intermediação financeira		2.973	7.504	10.936
Outras receitas(despesas) operacionais		4.041	5.249	3.238
Outras despesas administrativas	13 d	(527)	(805)	(674)
Despesas tributárias	13 e	(101)	(61)	(61)
Complemento da Provisão para riscos fiscais	13 f	(368)	(666)	(585)
Reversão da Provisão para riscos trabalhistas	9.b.iii	-	-	2.387
Outras receitas operacionais	13 g	4.936	6.824	2.237
Outras despesas operacionais	13 g	-	(3)	(66)
Resultado operacional		7.014	12.753	14.174
Resultado antes de tributos e de lucro		7.014	12.753	14.174
Imposto de renda e contribuição social	7.a	(601)	(2.858)	(5.637)
Impostos correntes		(327)	(2.234)	(2.500)
Impostos diferidos		(274)	(664)	(3.137)
Lucro Líquido do semestre/exercício		6.413	9.855	8.537
Número de ações	8.a	25.338.410	25.338.410	25.338.410
Lucro líquido básico e diluído por ações ordinárias - R\$		0,51	0,77	0,67
por ações preferenciais - R\$		0,50	0,79	0,68

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	2º semestre 2023	31 de dezembro 2023	2022
Lucro Líquido do semestre/exercício	6.413	9.855	8.537
Outros resultados abrangentes			
Ajuste a valor justo de Títulos, classificados em "Disponíveis para Venda", líquido de impostos diferidos:	(8)	(4)	(2)
Total de Resultados Abrangentes do semestre/exercício	6.405	9.851	8.535

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	2º semestre 2023	31 de dezembro 2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro Líquido do semestre/exercício	6.413	9.855	8.537
Ajustes ao Lucro	969	3.564	4.423
- Reversão de provisão operacional	368	666	588
- (Reversão)/Constituição de provisão para riscos fiscalista	-	-	(2.387)
- Impostos correntes	327	2.234	2.500
- Impostos diferidos	274	664	3.137
(Aumento)/Redução nos ativos operacionais	(5.038)	(9.540)	(6.800)
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	91.862
Títulos e valores mobiliários	(1.363)	47.458	(97.764)
Outros ativos e devedores por depósitos em garantia	(2.675)	(56.908)	1.174
Aumento/(Redução) nos passivos operacionais	5.594	3.894	(6.046)
Outros passivos	5.960	6.473	(4.791)
Imposto de renda e Contribuição social pagos	(366)	(2.589)	(1.255)
Caixa líquido originado/aplicado em atividades operacionais	7.938	7.763	114
Atividades de Financiamentos			
Juros sobre o capital próprio pagos	(5.400)	(5.400)	-
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento	(5.400)	(5.400)	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.538	2.363	114
Início do semestre/exercício	175	350	236
Fim do semestre/exercício	2.713	2.713	350
Aumento de caixa e equivalente de caixa	2.538	2.363	114

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

aguardam a homologação dos valores e a execução final, sendo estimada a perda de R\$ 4.015 (31.12.2022 R\$ 4.187). Para as contingências trabalhistas, espera-se possíveis perdas por execuções e/ou acordos futuros, sendo constituída provisão no valor de R\$ 9.663 (31.12.2022 R\$ 9.571), registrada na rubrica "Provisões para riscos - Trabalhistas". Para esses processos existem depósitos judiciais no valor de R\$ 4.383 (31.12.2022 R\$ 4.292), registrado na rubrica "Devedores por Depósitos em Garantia - Trabalhistas". A provisão em 31.12.2022 totalizava R\$ 9.571, sendo movimentada no decorrer do ano por: (a) reversão de provisão R\$ zero (2022 R\$ 2.387), (b) por pagamentos de R\$ 927 (2022 R\$ 2.618) e atualização R\$ 1.019 (2022 R\$ zero), atingindo o saldo final de R\$ 9.663. O depósito judicial em 31.12.2022 totalizava R\$ 4.292, sendo movimentada no decorrer do ano por: (a) novos depósitos R\$ zero (2022 R\$ 11), (b) pagamentos de R\$ 928 (2022 R\$ zero) e atualização R\$ 1.019 (2022 R\$ zero), atingindo o saldo final de R\$ 4.383.

10. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Ativos/(Passivos)	Receitas/(Despesas)		
	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez				
-Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	-	-	-	7.398

11. VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Sociedade estima o justo valor dos seus instrumentos financeiros com base em preços observados em mercados ativos ou, na sua ausência, recorrendo a técnicas de avaliação baseadas em modelos financeiros standard de mercado tais como desconto de cash flows e modelos de valorização de opções. Sempre que disponíveis, os parâmetros de mercado utilizados são os observáveis no mercado. Caso estes não sejam observáveis diretamente no mercado, são derivados de instrumentos transacionados ativamente no mercado futuro de derivativos ou obtidos através de preços indicativos de terceiros.

a) Hierarquia de Justo Valor
Os instrumentos financeiros registrados ao justo valor são classificados em três níveis definidos da seguinte forma:

- Nível 1 - Instrumentos valorizados com base em cotações observadas em mercados ativos e líquidos. Incluem-se neste nível: *Corporate Bonds* transacionados no mercado externo e com alta liquidez e contratos de derivativos futuros transacionados em mercados regulados.
- Nível 2 - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros observáveis no mercado, valorizados com base em cotações num mercado ativo de instrumentos similares como instrumentos de derivativos futuros. Incluem-se neste nível: derivativos de balcão e títulos públicos locais, ambos em créditos autorizados.
- Nível 3 - Instrumentos valorizados recorrendo a técnicas de avaliação com base em parâmetros não observáveis no mercado e que não cumpram com os requisitos para serem classificados em Nível 1 ou Nível 2. Incluem-se neste nível: títulos privados com característica de crédito e com atribuição de spread de crédito, de baixa liquidez ou em ativos problemáticos em situação de incumprimento e fundos valorizados com base na *Net Asset Value* publicados pelas entidades responsáveis pela divulgação das cotas.

b) Justo valor dos ativos é demonstrado a seguir:

	31.12.2023	31.12.2022					
Valorizados ao valor justo	Total do Valorizados ao valor justo	Total do					
Nível 1	Nível 2	Nível 3	Balanco	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Balanco
Por meio de outros resultados abrangentes - PL							
-Títulos	50.300	-	50.300	-	97.762	-	97.762
-Títulos públicos	50.300	-	50.300	-	97.762	-	97.762

12. RESULTADOS RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

	31 de dezembro 2023	2022	2022
Resultado recorrente	9.855	7.105	8.537
Reversão/(Constituição) da provisão para riscos Trabalhista (nota 9.b.iii)	-	-	2.387
Impacto do resultado não recorrente	-	-	(955)
Lucro do resultado	9.855	7.105	8.537

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Basileia: a gestão de capital de acordo com a Basileia é efetuada no conjunto das empresas integrantes do conglomerado Haitong no Brasil, conforme permitido pelo Banco Central do Brasil. b. Gerenciamento de riscos: o gerenciamento e monitoramento dos riscos de mercado, de liquidez, de crédito e operacional são efetuados em uma estrutura definida na instituição líder do conglomerado Haitong no Brasil, de forma integrada e independente, contemplando o conjunto das empresas integrantes desse conglomerado. c. Em 31.12.2023 e 31.12.2022 a Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos. d. Outras Despesas Administrativas: composta por despesas com serviços do sistema financeiro R\$ 136 (2º semestre/2023 R\$ 68 e 2022 R\$ 138), serviço técnico especializado R\$ 270 (2º semestre/2023 R\$ 155 e 2022 R\$ 155), despesa de seguros R\$ 245 (2º semestre/2023 R\$ 141 e 2022 R\$ 182) e outras despesas administrativas R\$ 154 (2º semestre/2023 R\$ 127 e 2022 R\$ 199). e. Despesas Tributárias: composta por taxa de fiscalização CVM R\$ 61 (2º semestre/2023 R\$ zero e 2022 R\$ 61) e tributos municipais - IPTU R\$ 40 (2º semestre/2023 R\$ zero e 2022 R\$ zero). f. Provisão para riscos - Fiscais (vide nota 9.a): composta principalmente por despesas com PIS e COFINS R\$ 666 (2º semestre/2023 R\$ 368 e 2022 R\$ 585). g. Outras receitas operacionais: composta basicamente por reversão de provisão operacional R\$ zero (2º semestre/2023 R\$ zero e 2022 R\$ 588), recuperação de valores de ex-clientes através de acordo judicial R\$ 2.043 (2º semestre/2023 R\$ 2.018 e 2022 R\$ 1.649) e atualização de depósito judicial referente processo fiscal R\$ 4.781 (2º semestre/2023 R\$ 2.918 e 2022 R\$ zero). Outras despesas operacionais: composta por encargos e despesas R\$ 3 (2º semestre/2023 R\$ zero e 2022 R\$ 66).

CONTADOR Marcos Tetsuo Takeda - CRC 15P 197374/O-1

PWC
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 25P000160/O-5

Ricardo Barth de Freitas
Contador CRC 15P235228/O-3

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 E SEMESTRE FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros Para Expansão Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial (Prejuízos)	Lucros Acumulados (Prejuízos)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022..	100.000	-	-	(9.330)	90.670
Outros eventos:					
Ajuste a valor justo de Títulos - Disponíveis para Venda, líquido de impostos diferidos	-	-	(2)	-	(2)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	8.537	8.537
Saldos em 31 de dezembro de 2022	100.000	-	(2)	(793)	99.205
Outros eventos:					
Ajuste a valor justo de Títulos - Disponíveis para Venda, líquido de impostos diferidos	-	-	(4)	-	(4)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.855	9.855
Destinações do Lucro:					
- Reservas	493	3.169	-	(3.662)	-
- Juros sobre capital próprio declarados (nota 8 "b")	-	-	-	(5.400)	(5.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	100.000	493	3.169	(6)	103.656
Saldos em 1º de julho de 2023	100.000	-	2	2.649	102.651
Outros eventos:					
Ajuste a valor justo de Títulos - Disponíveis para Venda, líquido de impostos diferidos	-	-	(8)	-	(8)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	6.413	6.413
Destinações do Lucro:					
- Reservas	493	3.169	-	(3.662)	-
- Juros sobre capital próprio declarados (nota 8 "b")	-	-	-	(5.400)	(5.400)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	100.000	493	3.169	(6)	103.656

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Haitong Securities do Brasil Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Sociedade") é subsidiária integral do Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A. ("Banco"), controlada direta do Haitong Bank S.A., com sede em Lisboa (Portugal), sendo suas operações conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam no mercado financeiro. A Administração Financeira da Sociedade desenvolve estratégias de negócios e condições de mercado de forma a buscar rentabilidade e eficiência, com o controle efetivo de custos. Atualmente, decidiu-se em manter suas credenciais atuais e estruturas mínimas de capital e operacional, de modo a permitir uma eventual retomada das suas atividades no futuro próximo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração do Banco de Investimento do Brasil S.A. em 20 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com o estabelecimento de critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. As principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados com o sinal final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; a inclusão da demonstração do resultado abrangente e a evidenciamento em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes (vide notas 3ª e 12ª). As alterações pelas novas normas não impactaram o lucro líquido ou o patrimônio líquido. b) Processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade: Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, alguns pronunciamentos contábeis e suas interpretações foram emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais serão aplicados somente quando aplicáveis. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25), k) Resolução nº 4535/16 - Ativo Imobilizado (CPC 27), l) Resolução nº 4747/19 - Ativo não circulante mantido para venda (CPC 31), m) Resolução nº 4877/20 - Benefícios a empregados (CPC 33 (R1)), n) Resolução nº 4818/20 - Resultado por ação (CPC 41 (R1)), o) Resolução nº 4924/21 - Mensuração de ativos (CPC 46) e p) Resolução CMN nº 4966/21 de outros normativos complementares relacionados ao tratamento contábil de instrumentos financeiros, incluindo a reestruturação do Plano Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF, estão previstas no Plano de Implementação do Banco, apresentado e aprovado pelo Conselho de Administração em 29.12.2022. O cronograma do Plano de Implementação está sendo tassado ao longo do período de 2023 até o final do exercício de 2024, que ainda depende de normas acessórias a serem emitidas pelo BACEN para implementação total. A Administração está acompanhando o processo de adoção da referida norma e os impactos nas demonstrações contábeis serão divulgados de forma oportuna após a definição completa do arcabouço regulatório.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. As receitas e as despesas foram apropriadas pelo regime de competência. b. Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo são demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado. c. Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo custo de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e das variações ocorridas em função da intenção da Administração em três categorias distintas, conforme Circular BACEN nº 3068 (vide nota nº 5): c.1) Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período; c.2) Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor justo em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização e c.3) Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e deduzidos de provisão, quando aplicável, em contrapartida ao resultado do período. d. Redução do valor recuperável (*impairment*) e reconhecida uma perda por *impairment* se o valor recuperável for inferior ao valor contábil recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revisitos no mínimo semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. e. Os passivos circulante e exigível a longo prazo incluem os passivos contingentes decorrentes de processos judiciais e das variações ocorridas em (em base *pro rata* dia) e cambiais incorridos, quando aplicável. f. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências passivas e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 (vide nota 9), o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3823/09 (revisada pela Resolução CMN nº 4966/21) e o CPC 25 (R1). g. Provisões para riscos - Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. g. As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são calculadas às alíquotas de 15% mais adicional de 10%, 15% (16% para o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022); 0,65% e 4%, respectivamente, considerando a aplicação das regras de reconhecimento de processos judiciais. h. Provisões para riscos - Trabalhistas: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensurados com títulos de segurança. i. Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e "Obrigações Legais": Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. g. As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são calculadas às alíquotas de 15% mais adicional de 10%, 15% (16% para o período de 1º de agosto a 31 de dezembro de 2022); 0,65% e 4%, respectivamente, considerando a aplicação das regras de reconhecimento de processos judiciais. h. Provisões para riscos - Trabalhistas: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensurados com títulos de segurança. i. Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e "Obrigações Legais": Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis. g. As provisões para imposto de renda (IRPJ), contribuição social (CSLL), PIS e COFINS são